

RELATÓRIO DE DILIGÊNCIA

Trata-se de Relatório de Resultado de Diligências procedida por esta Comissão Geral de Licitações do IFAM, que teve início em 28/04/2023, nos autos do processo nº 23443.017538/2022-63, no qual foi deflagrada a TOMADA DE PREÇOS 02/2023, cujo objeto resumido é a contratação de empresa para realizar a OBRA DE CONCLUSÃO DA COZINHA E REFEITÓRIO DE MANACAPURU. A Diligência de que trata este Relatório foi procedida em razão da necessidade de comprovação das áreas contidas no atestado de Capacidade Técnica apresentado pela Empresa **PROJECTA PROJETOS E CONSTRUÇÕES DE EDIFÍCIOS LTDA**, fazendo uso de suas atribuições, previstas no Edital no item 20.8 e no § 3º do Artigo 43 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

Artigo 43, § 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Faço constar que no dia 28/04/2023, as 09 horas, o Presidente da CGL o Sr. Marivaldo da Cruz Soares e os Servidores Deborah Barbosa Azedo e Manoel Reginaldo Silva Pereira se dirigiram ao endereço Av. Professora Emília Cavalcante nº 35-A Santo Agostinho, endereço da referida empresa, com fins a realização de diligências para comprovação do atestado de capacidade técnica apresentado, por apresentar áreas gigantescas. A diligência como medida que se impõe a esta Comissão, previstas em Lei, no Edital e em atenção aos princípios da moralidade, da isonomia e da competitividade aplicáveis a todas as licitações públicas. Sobre o tema, a jurisprudência e doutrina são uníssonas no sentido de que deve a Entidade de Licitação promover as diligências necessárias para aclarar os fatos, o que não se constituindo, nesse contexto, em mera faculdade ou numa competência discricionária da autoridade julgadora, como leciona Marçal Justen Filho¹:

“Em primeiro lugar, deve destacar-se que não existe uma competência discricionária para escolher entre realizar o não a diligência. Se os documentos apresentados pelo particular ou as informações neles

1 JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 805.

contidas envolverem pontos obscuros [...], a realização de diligências será obrigatória. Ou seja, não é possível decidir a questão (...) mediante uma escolha subjetiva. Portanto, a realização da diligência será obrigatória se houver dúvidas relevantes.”(grifei)

Registra-se que o cumprimento da Lei nº 8.666/93 bem como do instrumento convocatório, não se trata de mera faculdade da Comissão, mas sim de obrigatoriedade. Do mesmo modo, importante citar o que preconiza o Art. 41 da Lei nº 8.666/93: “A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

Informo que no dia 28 de abril de 2023, ao chegar ao endereço citado, foi encontrado o prédio objeto do Atestado de Capacidade Técnica apresentado na CAT 962424/2020. Foram efetuados registros fotográficos do endereço da sede da referida empresa, os registros foram encaminhados ao setor de engenharia deste IFAM para análise e Parecer.

Manaus 28 de abril de 2023


DEBORAH BARBOSA AZEDO
Membro da CGL


MANOEL REGINALDO SILVA PEREIRA
Membro da CGL


MARIVALDO DA CRUZ SOARES

Presidente de CGL